



Dia 24 será maior, com unidade e mobilização, avaliam dirigentes da CUT

A CUT organiza em conjunto com os movimentos sociais que formam as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo um grande ato pelo 'Fora, Bolsonaro', contra o desemprego e a fome; pelo auxílio de R\$ 600; vacina já para todos e todas e contra a reforma Administrativa e as privatizações, nas capitais e nas cidades do interior do país, no próximo dia 24/07 (sábado).

Os dirigentes CUTistas estão otimistas e acreditam que este ato será o maior dos três já realizados este ano, em 29 de maio, 19 de junho e 3 de julho.

E para fortalecer o ato e obrigar o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) a pautar um dos 120 pedidos de impeachment de Bolsonaro, inclusive o **superpedido** protocolado pela Central, partidos políticos e movimentos sociais, estão sendo organizadas plenárias estaduais com os participantes da campanha 'Fora, Bolsonaro'. O objetivo é, inclusive, ampliar a participação de todos os segmentos que defendem o fim deste governo genocida.

A unidade política dos movimentos sociais e de outros setores da sociedade para que o ato seja o maior registrado até hoje é destacada pelo secretário de Administração e Finanças da CUT Nacional, Ariovaldo de Camargo, e pelo diretor da Executiva Nacional da CUT, Milton dos Santos Re-

zende, o Miltinho. Segundo eles, serão muito bem vindos aqueles que quiserem se juntar a CUT e aos movimentos sociais na ocupação das ruas com a bandeira 'fora, Bolsonaro'.

Quem quer o fim deste governo, o fim das mortes, que traga a sua bandeira para as ruas, independentemente de ideologia, complementa o diretor executivo Miltinho, que explica as razões para o povo ir às ruas.

A atual conjuntura dramática, tanto do ponto de vista político quanto do sanitário por causa da pandemia, que deve contabilizar até o próximo mês, 600 mil mortos no país, pelo descaso de um governo negacionista, que demorou a comprar as vacinas, pelas suspeitas de corrupção de integrantes do Ministério da Saúde com o envolvimento de militares; os 14,7% de desempregados; os desalentados e a fome que atinge 25 milhões de brasileiros e brasileiras são mais do que motivos suficientes para o povo pedir 'Fora, Bolsonaro', ressalta Ariovaldo listando algumas das tragédias do desgoverno.

O secretário de Administração e Finanças da CUT Nacional reforça que é fundamental que os sindicatos CUTistas e os movimentos sociais organizados estejam nas ruas em peso para que o dia 24 supere as expectativas.

A última pesquisa Datafolha, realizada nos dias 7 e 8 de julho,

mostrou que 54% dos brasileiros são a favor do impeachment de Bolsonaro. Para 51%, ele é um presidente ruim ou péssimo.

A pesquisa também mostrou que para a maioria dos brasileiros Bolsonaro é desonesto, falso, incompetente, despreparado, indeciso, autoritário, favorece os ricos e mostra pouca inteligência.

Bolsonaro, destruidor de políticas públicas

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo, ressalta que o impeachment de Bolsonaro é para preservar as políticas públicas que estão garantidas na Constituição Cidadã, de 1988 e, para isso é preciso ir às ruas, se manifestar.

Segundo Heleno, com as propostas de privatização e cortes no orçamento em áreas essenciais, o governo quer que a população pague pelos serviços que hoje são públicos, numa postura de destruição completa do papel do Estado no atendimento das políticas públicas.

O dirigente cita como exemplo de desmonte os R\$ 38 bilhões retirados da educação, a partir de 2015, e que o atual governo ainda privilegia os militares com mais verbas para a Defesa.

Escrito por: Rosely Rocha / CUT

[Matéria completa em Cut.org.br/noticias](https://www.cut.org.br/noticias)



Conselhos regionais reagem a decisão da Câmara de revogar piso de 5 categorias

Enquanto enfermeiros e enfermeiras de todo o país lutam pela aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 2564/2020, conhecido como **PL da Enfermagem**, de valorização profissional com piso salarial e respeito à jornada de 30 horas semanais de trabalho, a Câmara dos Deputados revogou o piso de agrônômicos, arquiteto, engenheiros, químicos e veterinários, em vigor desde 1966.

Entre os argumentos, todos a favor dos empresários e contra os trabalhadores, para mais esse ataque aos direitos conquistados, está a alegação de que as empresas não conseguem mais viver com tantas leis.

É o que disse ao **Estadão**, o deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), relator da Medida Provisória (MP) nº 1.040 que, supostamente visa facilitar a abertura de empresas. O deputado incluiu na MP aprovada em votação simbólica no fim de junho, a revogação da Lei nº 4.950-A, que garante o piso salarial dessas cinco categorias. Para os formados em cursos de graduação de quatro anos, o piso é de seis salários mínimos (R\$ 6,6 mil). Para cursos de menor duração, o piso é de cinco salários (R\$ 5,5 mil).

O jabuti, incluído na MP é inconstitucional porque não ter relação com o escopo principal da medida provisória, afirmam os defensores dos direitos dos trabalhadores, como os conselhos federais dessas categorias que estão se mobilizando para reverter a medida no Senado - mais de 30 emendas já foram apresentadas

para preservar o piso salarial desses profissionais e garantir a fiscalização por parte dos conselhos. Eles também podem recorrer à Justiça.

Para o relator, o único piso que deve existir no país é o salário mínimo, os sindicatos das demais categorias devem negociar com empresas, disse ele ao jornal. “Procuramos desburocratizar ao máximo o Brasil. Junto com o Ministério da Economia, buscamos revogar legislações que não possuíam mais sentido com a realidade. Uma delas é o piso para algumas profissões específicas”, diz o deputado.

Para o autor do PL da Enfermagem, senador Fabiano Contarato (Rede-ES), “a revogação dos pisos dessas cinco categorias vai na contramão do direito à remuneração digna para atender às necessidades vitais básicas do trabalhador, o que viola frontalmente o princípio da dignidade da pessoa humana”.

“Não há justificativa para a retirada do salário mínimo desses trabalhadores. A fixação de valores mínimos para o exercício das atividades profissionais é proporcional à extensão e à complexidade do trabalho”, disse o senador ao Estadão.

Segundo o Estadão, a vice-presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), Ana Elisa Fernandes de Souza Almeida, questionou como o fim do piso salarial das categorias melhoraria o ambiente de negócios no País. Para ela, a desregulamentação dos salários dos profissionais pode trazer mais prejuízos na qualidade dos serviços prestados do que uma eventual economia na folha de pagamento das empresas.

“A remuneração de profissionais habilitados não é uma mercadoria que deva ser regulada apenas pela oferta e pela demanda. Essa emenda vai atingir mais de 1 milhão de profissionais, com uma mudança danosa para a população, que é quem será atingida na ponta pela precarização dos serviços”, avalia ela. “Um serviço não qualificado tem mais custo do que uma pequena economia de salário.”

Já no caso dos químicos, o coordenador do Comitê de Relações Institucionais e Governamentais do Conselho Federal de Química (CFQ), Rafael Barreto Almada, disse aos repórteres que todos esses profissionais técnicos precisam ter condições de trabalhar sem se sujeitar a pressões diversas de ordem financeira. Segundo ele, trata-se de profissões muito assediadas para elaboração de projetos sem o controle e o rigor necessários.

“O químico, por exemplo, emite laudos, faz análises, experimentos, que abrangem desde produtos alimentícios, medicamentos, petroquímicos. Com a banalização do valor mínimo para contratar esse profissional, ele pode passar a se submeter a qualquer tipo de trabalho”, afirmou Almada ao jornal. “A MP cria conceitos equivocados, ao flexibilizar a fiscalização. Os conselhos das categorias não são entraves, mas ferramentas criadas pela sociedade para protegê-la dos maus profissionais. Os conselhos impedem que esse tipo de profissional atue”, completa.

Fonte: Cut.org.br